

1 **ATA DA REUNIÃO ESPECIAL DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DA**  
2 **UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, REALIZADA NO DIA 08 DE**  
3 **JUNHO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS, EM CONTINUAÇÃO À REUNIÃO**  
4 **ORDINÁRIA DO DIA 29 DE MAIO, NO MUSEU DE ARTE MURILO**  
5 **MENDES.**

6 Aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, na Sala  
7 do Conselho Superior, no Museu de Arte Murilo Mendes, regimentalmente convocado  
8 sob a Presidência do Professor Doutor Marcus Vinicius David e com as presenças dos  
9 Conselheiros: Girlene Alves da Silva, Marcos Tanure Sanabio, Ana Livia de Souza  
10 Coimbra, Marcos Souza Freitas, Liamara Scortegagna, Flávia Cavalieri Machado,  
11 Eliane Medeiros Borges, Ricardo de Cristofaro, Bernadete Maria de Souza, Wilhelm  
12 Passarella Freire, Altemir José Gonçalves Barbosa, Gilmar José dos Santos, José  
13 Gustavo Francis Abdala, Jorge Carlos Felz Ferreira, Aline Araújo Passos, André Silva  
14 Martins, Jeferson Macedo Vianna, Denise Barbosa de Castro Friedrich, Hélio Antônio  
15 da Silva, José Otávio do Amaral Corrêa, Maria Alice Junqueira Caldas, Maria Cristina  
16 Vasconcellos Furtado, Maria das Graças Afonso Miranda Chaves, Cristina Simões  
17 Bezerra, Marina Barbosa Pinto, José Luiz Lacerda, Arthur Alfredo Nunes Avelar, João  
18 Pedro Carvalho dos Reis, Lucas Cristian de Oliveira, Vitor Furtado, Laura Matos  
19 Vasconcelos, Ronaldo Dias da Silva, Rogério da Silva, Ricardo Bonfante, Pâmela  
20 Emanuelle Julião, Flávio Cardoso Sereno, Pedro Henrique Cuco, Patrícia Henriques  
21 Mafra e Heronides Filho, realizou-se a reunião especial do egrégio Conselho Superior  
22 da Universidade Federal de Juiz de Fora. Foram justificadas as ausências dos  
23 conselheiros: Marina Monteiro de Castro, Milene de Oliveira, Cláudio Galuppo Diniz,  
24 Rogério de Souza Ferreira, Dimas Augusto de Carvalho e Eduardo Antônio Salomão  
25 Condé. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início à sessão, explicando que  
26 a presente reunião foi convocada para dar prosseguimento à reunião ordinária do mês de  
27 maio. Em comunicados da Presidência, o Reitor comentou sobre o afastamento da  
28 Superintendente do Hospital Universitário (HU) da Universidade Federal de Alagoas  
29 (Ufal), por uma decisão da presidência nacional da empresa Empresa Brasileira de  
30 Serviços Hospitalares (Ebserh). Ponderou que essa decisão deveria ser da  
31 Administração Superior da universidade e criticou o modelo de gestão da Ebserh,  
32 afirmando que possui uma estrutura inchada e onerosa. Considerou que este caso  
33 representa uma grave agressão à autonomia universitária. Propôs que o Conselho emita  
34 uma nota de apoio à Ufal, mencionando que a decisão tomada pela direção da Ebserh  
35 desestabiliza o HU, que é o único hospital público do estado de Alagoas, e apoiando o  
36 retorno da Sra. Maria de Fátima Siliansky de Andreazzi ao cargo de Superintendente do  
37 HU da Ufal. Prosseguiu fazendo a leitura da nota. A Conselheira Cristina Simões e o  
38 Conselheiro Flávio Sereno se manifestaram sobre o tema e sugeriram mudanças na  
39 redação da nota. Em votação, a nota de apoio à Ufal foi aprovada por unanimidade. Em  
40 seguida, a Vice-Reitora Girlene Alves da Silva deu continuidade às comunicações da  
41 Presidência. Comentou sobre o assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais  
42 Sem Terra (MST) na Fazenda Liberdade, em Coronel Pacheco, afirmando que a  
43 Administração Superior da UFJF apoia a ocupação. Afirmou que há mais de quinze  
44 anos a UFJF vem desenvolvendo projetos de justiça social através da valorização dos  
45 trabalhadores do campo, com professores e alunos se colocando à disposição e  
46 realizando esforços para diminuir os confrontos e aumentar a produção de alimentos.  
47 Considerou que a reforma agrária deve envolver as universidades públicas do país, que  
48 devem apoiar a desconcentração fundiária e a sustentabilidade ambiental, através do  
49 auxílio ao desenvolvimento de ações técnicas. Em seguida, fez a leitura da nota oficial  
50 de apoio ao acampamento na Fazenda Liberdade, assinada pela Reitoria da UFJF. A

1 Conselheira Ana Livia Coimbra afirmou que a Pró-Reitoria de Extensão também  
2 publicou uma nota de apoio ao acampamento, que está disponível no site da Proex.  
3 Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Presidente fez esclarecimentos com relação  
4 aos processos na ordem do dia. Afirmou que, na última reunião, foi pedida a vista de  
5 alguns processos de indeferimento de matrícula. Porém, havia outros casos análogos  
6 que não foram revistos. Por isso, considerando justa a reavaliação de todos os processos  
7 de indeferimento de matrícula, afirmou que os mesmos serão retirados de pauta e  
8 retornarão para a consideração dos conselheiros na próxima reunião, ficando, assim,  
9 suspensas as decisões de indeferimento votadas na última reunião do Consu. Além  
10 disso, afirmou que existem questões pendentes com relação ao processo de Instituição  
11 da Unidade Seccional de Correição, por isso considerou prudente a retirada dos  
12 processos da pauta, relativos ao item 3.3 e 2.2. A Conselheira Marina Barbosa afirmou  
13 que, em reunião no sindicato surgiram preocupações com relação a temáticas que têm  
14 sido apresentadas ao Consu em datas muito próximas a sua votação, com  
15 documentações sendo enviadas na sexta-feira para serem discutidas e votadas na  
16 segunda-feira, por exemplo. Considerou que é necessário mais tempo para que os  
17 conselheiros discutam as matérias com as respectivas unidades acadêmicas ou entidades  
18 que representam. Questionou se existem outros documentos relativos ao processo  
19 disponíveis para apreciação dos conselheiros, além do parecer do relator. O Senhor  
20 Reitor Marcus David afirmou que está se esforçando para conseguir ampliar os prazos  
21 concedidos para a apreciação dos processos, buscando enviar os relatórios com maior  
22 antecedência aos conselheiros. Afirmou que é possível que haja o envio de documentos  
23 complementares relativos aos processos, de acordo com a solicitação dos conselheiros,  
24 e considerou que isso contribui para o enriquecimento dos debates. Aprovadas as  
25 modificações propostas na pauta, passou-se a discussão do primeiro processo. **3.4 –**  
26 **Processo 23071.010295/2017-41 – Relatório anual de gestão da Fadepe – Exercício**  
27 **2016 e solicitação de credenciamento da Fadepe como Fundação de Apoio da**  
28 **UFJF (Parecer: Conselheiro Hélio Antônio da Silva).** Com a palavra, o relator Hélio  
29 Antônio fez a leitura de seu parecer, traçando um histórico sobre a relação da UFJF com  
30 a Fadepe e ponderando sobre o papel das fundações junto às universidades. O  
31 Conselheiro Wilhelm indagou porque houve aporte de recurso da Fadepe para a  
32 construção de um anfiteatro na Faculdade de Engenharia, se todos os diretores de  
33 unidades acadêmicas foram orientados, em uma reunião realizada no ano de 2014, a não  
34 requerer apoio da fundação. O Conselheiro Hélio Antônio ponderou que o anfiteatro da  
35 engenharia é utilizado por diversas outras unidades acadêmicas, como pela medicina  
36 veterinária. O Conselheiro José Otávio relatou que faz parte do conselho curador da  
37 Fadepe e disse que a fundação possui compromisso com a transparência. Afirmou que o  
38 apoio da fundação às unidades acadêmicas deverá ser discutido, assim como aos cursos  
39 de pós-graduação. O Conselheiro André Martins ponderou que os problemas com a  
40 Fadepe se deram em uma administração passada, quando, inclusive, foi apresentado um  
41 relatório de gestão com grandes inconsistências. Relatou que, na época, a representação  
42 da Apes pediu vista do relatório e apresentou um conjunto de observações e  
43 questionamentos à diretoria da Fadepe. Esta, por sua vez, reconheceu as inconsistências  
44 de valores e prestou esclarecimentos, porém, não retificou o relatório, e o Consu acabou  
45 aprovando um relatório cheio de inconsistências. Afirmou que as fundações são um  
46 “mal necessário”, considerando as atuais condições econômicas das universidades.  
47 Porém, ponderou que esta relação deve ser feita com muito rigor para que não se  
48 cometam erros como antigamente, quando a fundação se tornou “laranja” de uma série  
49 de movimentações estranhas de recursos públicos. Concordou com o que foi dito pelo  
50 Conselheiro José Otávio, afirmando que atualmente está sendo feito um trabalho efetivo

1 para haver mais transparência na gestão dos recursos. A Conselheira Cristina Simões  
2 afirmou que há quem acredite que as universidades não podem viver sem o apoio das  
3 fundações, e há quem ache que a universidade tem condições de gerir seus recursos sem  
4 a participação deste ente. Ponderou que a fundação não existe para substituir a  
5 universidade em suas funções. Considerou que a comissão é muito importante para  
6 deixar clara a relação que a universidade deve ter com a fundação e para que não haja  
7 diferença no tratamento das unidades acadêmicas. A Conselheira Ana Lúvia afirmou que  
8 existem relações que dependem da fundação, como os recursos da Fapemig e do próprio  
9 governo do estado de Minas Gerais, que faz contrato com a fundação. Considerou que  
10 devem ser exercidas as formas de controle sobre a fundação através da publicização e  
11 transparência neste Conselho, além do aprimoramento dos procedimentos e protocolos  
12 institucionais, para que não seja mais fácil aos diretores das unidades recorrerem à  
13 fundação do que à própria universidade. Informou que, atualmente, a Pró-Reitoria de  
14 Planejamento está com toda a sua equipe trabalhando para que a cobrança por GRU se  
15 torne mais simples, para que haja maior controle. O Conselheiro e relator Hélio Antônio  
16 relatou que o Procurador Federal questiona o superávit da conta gestora da Fadepe e  
17 considera que o recurso da fundação é público, e que, portanto, deve ser retornado à  
18 Universidade. Afirmou que o Ministério Público do Estado deve zelar pela fundação,  
19 esclarecendo ao Promotor que os recursos são mais privados do que públicos. Em  
20 votação, o parecer foi aprovado por maioria, com seis abstenções. Em regime de  
21 votação em conjunto, foram aprovadas por maioria as proposições do relator: a  
22 aprovação das contas, a proposta de recredenciamento da Fadepe como fundação de  
23 apoio e o cumprimento da Lei nº 8958. Em seguida, passou-se ao próximo item da  
24 pauta. **2.4 – Criação de comissão para apresentação de proposta de regulamentação**  
25 **da abertura das reuniões do Consu para a comunidade acadêmica.** O Reitor Marcus  
26 David fez alguns esclarecimentos com relação ao histórico de tramitação deste tema  
27 pelo Consu. Afirmou que a comissão foi pensada com o objetivo de analisar as  
28 polêmicas que surgiram e inviabilizaram a aprovação do processo anteriormente, como  
29 o papel de instância recursal do Consu e a abertura de reuniões que tratam de interesses  
30 privados. Propôs que a comissão discuta e traga ao Conselho uma proposta mais  
31 estruturada para ser debatida e votada. Com relação à composição da comissão, propôs  
32 que sejam dois membros indicados pela Administração Superior, dois membros do  
33 Conselho Superior e dois membros indicados por cada uma das três entidades  
34 representativas do Consu (Apes, Sintufefuj e CDE). O Conselheiro André Martins  
35 afirmou que a comunidade precisa desta transparência e considerou que a abertura das  
36 reuniões permitirá uma aproximação mais efetiva da população. Considerando a  
37 proposta de composição da comissão, indicou o nome do professor Jorge Felz, por ser  
38 da área da comunicação e por ter tido uma contribuição importante no debate anterior da  
39 matéria, fazendo esclarecimentos técnicos e políticos quanto ao significado da  
40 transmissão das reuniões. Indicou também a Professora Cristina Simões, por ser uma  
41 das pessoas que mais argumentou sobre a viabilização da abertura das reuniões,  
42 considerando as transmissões necessárias e importantes. A Conselheira Cristina Simões  
43 reforçou que a transparência das reuniões deste Conselho é fundamental e considerou  
44 que a comissão deva apresentar propostas que retratem a vontade da universidade como  
45 um todo. Ponderou que, para a discussão e votação ser feita, porém, é necessária a  
46 recomposição do Conselho, de forma que se ocupem as cadeiras que ainda estão vagas,  
47 pois quando houve a primeira discussão sobre a matéria, a ausência de alguns  
48 conselheiros inviabilizou a sua aprovação. Comentou que essa é uma luta histórica da  
49 Faculdade de Comunicação Social, e agradeceu a indicação de seu nome feita pelo  
50 Conselheiro André. O Conselheiro Arthur considerou que a abertura das reuniões

1 aproximará mais os alunos da Administração Superior e isso será essencial para que eles  
2 se sintam mais integrados à UFJF e para que compreendam melhor as decisões tomadas.  
3 Questionou qual a previsão de tempo de funcionamento da comissão. Dando  
4 continuidade ao debate, os Conselheiros Rogério da Silva, Heronides Filho, Flávio  
5 Sereno, Ana Livia Coimbra, Marina Barbosa e Denise Friedrich também se  
6 manifestaram com relação à matéria. Em votação, a criação da comissão foi aprovada  
7 por unanimidade. O Reitor Marcus David afirmou que a comissão terá 30 dias para  
8 estudo e elaboração de suas propostas, prazo este prorrogável por mais 30 dias. Em  
9 seguida, passou-se à discussão do próximo item em pauta. **2.1 – Indicação do Ouvidor**  
10 **(a) da Universidade Federal de Juiz de Fora - Resolução 48/1996.** O Reitor Marcus  
11 David fez a indicação da Sra. Valesca Nunes dos Reis para o cargo de Ouvidora da  
12 Universidade Federal de Juiz de Fora, conforme dispõe o art. 4º, *caput*, do Regimento  
13 da Ouvidoria, Resolução nº 48/96-CONSUS. A seguir traçou o perfil da indicada,  
14 informou que Valesca é graduada em enfermagem e mestre em saúde coletiva pela  
15 UFJF. Doutora pela Unicamp, atualmente, Valesca é enfermeira do Hospital  
16 Universitário. Comentou que o trabalho de Valesca se destaca na universidade e que ela  
17 foi escolhida para preencher o cargo de Ouvidora devido à sua capacidade de atenção e  
18 cuidado e à sua característica dinâmica. Alguns conselheiros realizaram algumas  
19 considerações quanto à indicação realizada, que foram também corroboradas pela Vice-  
20 reitora, Girlene Alves da Silva. Em votação, a indicação foi aprovada por unanimidade.  
21 Posteriormente, o Senhor Presidente agradeceu a confiança desprendida através do  
22 referendo unânime e passou-se ao ponto de pauta seguinte. **2.3 – Ampliação de prazos**  
23 **dos trabalhos das Comissões do Consu.** O Reitor Marcus David afirmou que várias  
24 comissões do Consu estão com seus trabalhos paralisados e necessitando de mais prazo  
25 para trabalho, sendo elas: Comissão de controle eletrônico de assiduidade e  
26 pontualidade; Comissão para analisar a viabilidade da proposta de federalização do  
27 hospital municipal de Governador Valadares; Comissão para analisar e apresentar  
28 proposta de alteração nas Resoluções e demais normativas que regulam a relação com a  
29 Fadepe; e Comissão para estudo de viabilidade da criação do Centro de Integração  
30 Acadêmica para a Sustentabilidade Socioambiental. O Reitor afirmou que o prazo de  
31 todas estas comissões será ampliado para 60 dias, com a contrapartida da retomada dos  
32 trabalhos, pois algumas dessas comissões possuem recomendações de órgãos de  
33 controle e precisam cumprir prazos legais. Em votação, a ampliação dos prazos foi  
34 aprovada por unanimidade. O Conselheiro Arthur Avellar e a Conselheira Laura Matos  
35 afirmaram que existem outras comissões, formadas durante a gestão anterior do  
36 Conselho, que também precisam ser retomadas, sendo elas: a Comissão para analisar e  
37 apresentar parecer técnico acerca da passagem que dava acesso à universidade aos  
38 pedestres do Bairro São Pedro por via próxima ao novo prédio do ICE; e a Comissão  
39 para estabelecer o Fórum de Segurança. O Conselheiro Wilhelm alegou não ter  
40 conhecimento da primeira comissão. O Conselheiro José Gustavo afirmou que a  
41 comissão instituída na época abordaria todos os acessos à universidade e não apenas o  
42 portão do ICE. A Conselheira Pâmela fez a Leitura da Resolução nº 5/2016, do Consu,  
43 na qual consta a criação de comissão para debater apenas o acesso à universidade  
44 através do portão do ICE. O Reitor Marcus David informou que a Secretaria Geral  
45 retomará o processo para que se saiba em qual situação se encontra sua constituição e  
46 que essas informações deverão ser trazidas na próxima reunião do Conselho. Quanto à  
47 comissão para instituir o Fórum de Segurança afirmou que a mesma deverá ser  
48 constituída por nove professores, a serem indicados pelos conselhos setoriais. Disse que  
49 as indicações serão providenciadas junto aos Pró-reitores. Em seguida, o Reitor  
50 encaminhou a retirada do próximo item de pauta, **2.6 – Plano de Logística Sustentável,**

1 pois o Professor Eduardo Condé, que fará exposição sobre o tema, não conseguiu  
2 chegar a tempo nesta reunião. Em comunicações e assuntos gerais, manifestaram-se os  
3 conselheiros Hélio Antônio, Marina Barbosa, Rogério da Silva, Flávio Sereno e Arthur  
4 Avellar. O Conselheiro Hélio Antônio, registrou o agradecimento da Faculdade de  
5 Engenharia ao Professor Márcio Guerra pelo desempenho e colaboração realizados em  
6 razão do evento então realizado na UFJF, “Engenharia de portas abertas”. A  
7 Conselheira Marina Barbosa salientou sobre a greve geral definida para o dia 30 de  
8 junho de 2017 através de assembleia, e as intervenções realizadas pelas entidades que  
9 buscam um alinhamento de solidariedade aos acontecimentos; registrou o calendário de  
10 ações ao enfrentamento ao direitos da categoria. O Conselheiro Rogério Silva também  
11 registrou que o assunto seria pauta de assembleia da categoria e parabenizou a  
12 Universidade pela outorga do Título de “*Doutora Honoris Causa*” da UFJF a Sra.  
13 Adenilde Petrina Bispo, realizado na reunião anterior do Conselho. O Conselheiro  
14 Flávio Sereno ratificou as informações do Conselheiro Rogério e questionou quanto à  
15 data do próximo edital do Programa de Apoio à Qualificação – Graduação e Pós-  
16 Graduação *Stricto Sensu* - (PROQUALI/UFJF). Questionamento que foi sanado pelo  
17 Senhor Presidente, registrando inclusive o repasse da demanda à Pró-reitoria de Gestão  
18 de Pessoas – (PROGEPE). A seguir o Conselheiro Arthur Avelar indagou quanto ao  
19 entendimento do Conselho em relação a um indicativo de que a estrutura da Ouvidoria  
20 da UFJF será modificada. O Senhor Presidente reforçou que a intenção da  
21 Administração é reavaliar o escopo da Ouvidoria e que os trabalhos deverão ser  
22 iniciados após a transição/alteração dos responsáveis. Finalizando, o Senhor Presidente  
23 realizou um último aviso, solicitando apoio ao abaixo assinado virtual encampado pela  
24 Reitora da Universidade Federal de Alagoas, Maria Valéria Correia. Não havendo mais  
25 manifestações, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, secretariada por  
26 mim, Rodrigo de Souza Filho, que para constar lavrei a presente ata que dato e assino.

27  
28  
29 Juiz de Fora, 08 de junho de 2017.

30  
31  
32 **Rodrigo de Souza Filho**  
33 **Secretário Geral**

34  
35  
36 **Prof. Dr. Marcus Vinicius David**  
37 **Reitor da UFJF**

38  
39  
40  
41 ATA APROVADA NA REUNIÃO DO DIA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

1.	2.
3.	4.
5.	6.
7.	8.

9.	10.
11.	12.
13.	14.
15.	16.
17.	18.
19.	20.
21.	22.
23.	24.
25.	26.
27.	28.
29.	30.
31.	32.
33.	34.
35.	36.
37.	38.
39.	40.
41.	42.
43.	44.
45.	46.
47.	48.
49.	50.
51.	52.
53.	54.
55.	56.